

POVO LIVRE

PORTUGUESES SÃO UM EXEMPLO DE INTEGRAÇÃO

■ No âmbito da iniciativa “Sentir Portugal nas Comunidades Portuguesas na Europa”, Luís Montenegro passou pela Bélgica, Alemanha, Luxemburgo, França e Suíça

16 PSD

O PRIMEIRO-MINISTRO TEM DE RESOLVER O PROBLEMA DA JUSTIÇA

Paulo Cunha, vice-Presidente do PSD, está muito preocupado com o arrastar do estado da justiça, sabendo-se que há mais 21 mil diligências judiciais que não ocorreram ao longo dos últimos meses

17 LOCAIS

LUÍSA SALGUEIRO JÁ NÃO REÚNE CONDIÇÕES PARA LIDERAR A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

O PSD de Matosinhos exige a demissão de Luísa Salgueiro, depois de ter abandonado uma conferência quando o ex-Presidente da República Cavaco Silva começou a discursar

22 REGIONAIS

GOVERNO DA REPÚBLICA “AFRONTA” POPULAÇÕES DO FAIAL, PICO E SANTA MARIA

Marco Costa, deputado do PSD dos Açores, critica a recusa do Governo da República em compensar financeiramente as obrigações de serviço público de transporte aéreo entre o continente e as três ilhas

A COERÊNCIA NO DESGOVERNO

Depois de (demasiados) meses a recusar-se a baixar o IVA para 0% nos bens essenciais, o Governo anunciou que vai concretizar a medida já em abril.



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

António Costa, Fernando Medina e António Costa Silva – pelo menos, estes responsáveis governamentais – afirmaram, publicamente, em diferentes circunstâncias e durante os últimos meses, duvidar da eficácia de uma eventual baixa do IVA para 0% em bens essenciais. Fizeram-no com convicção, sem qualquer sombra de dúvida.

Com a mesma convicção, e também sem qualquer sombra de dúvida, António Costa e o seu governo anunciaram, na passada sexta-feira, as medidas para os novos apoios às famílias, entre as quais está, precisamente, a descida do IVA.

É impossível não apontar a incoerência gritante manifestada pelo Governo nesta questão. Ou, visto de outra forma, é veemente a coerência no desgoverno que angustia o país.

Esta quarta-feira, o Parlamento vai debater o cabaz “IVA 0”, tendo como base a lista de 44 produtos anunciada pelo Governo. Uma lista que, já se percebeu, está incompleta, deixando de fora alimentos fundamentais para dietas alternativas ou que se relacionam com questões de saúde.

Mas outro debate que urge realizar é o do abandono a que este Governo condenou a nossa classe média.

Foi ensurdecador o silêncio quanto a quaisquer medidas dirigidas à classe média. A teimosia irresponsável de não querer, por exemplo, aliviar a carga fiscal em sede de IRS está a asfixiar muitos milhares de famílias, que, em abono da verdade, estão cada vez mais próximas de se verem incluídas nos escalões mais baixos e vulneráveis, onde então poderão ter alguns apoios em jeito de esmola.

De acordo com os dados avançados pelo próprio Governo, um em cada três portugueses está a passar sérias dificuldades neste contexto de crise. É este quadro que define a atuação deste Governo.

Sensibilidade e bom senso

Esta terça-feira, o país sobressaltou-se com o assassinato de duas mulheres no Centro Ismaili, em Lisboa, num crime perpetrado por um cidadão afegão refugiado em Portugal.

As famílias daquelas mulheres são merecedoras da nossa solidariedade e do nosso afeto, que nunca serão suficientes para lidar com perdas irreparáveis que se lamentam profundamente.

Também a comunidade ismaelita é credora das nossas palavras de conforto perante um acontecimento tão trágico e inesperado. Uma comunidade que, reconhecidamente, tem um papel significativo no apoio social que presta a diferentes grupos populacionais, nomeadamente, refugiados.

As forças de segurança foram diligentes, atuando com eficácia, evitando males maiores. Merecem, pois, o nosso reconhecimento, assim como as equipas de investigação criminal, que rapidamente avançaram para o terreno.

A complexidade desta situação exige sensibilidade e bom senso, não havendo lugar para o primarismo, o preconceito e a demagogia.

ANTÓNIO COSTA IMITA ESTILO DE JOSÉ SÓCRATES

Uma coisa é termos uma inflação de 7% ou 8%, outra coisa é termos produtos alimentares a subir mais de 20%

Luís Montenegro considera que “o país precisa de respostas concretas” para mitigar o impacto da inflação e o aumento do custo de vida, e acusa o Primeiro-Ministro de seguir o “estilo socrático”.

“Estou a ver António Costa a começar a exhibir aquele estilo mais socrático de ir ao Parlamento fazer anúncios e repetir anúncios, é um estilo”, referiu.

No primeiro dia da iniciativa “Sentir Portugal nas Comunidades Portuguesas na Europa”, em Bruxelas, dia 22 de março, o líder do PSD lamentou que o Primeiro-Ministro faça meros anúncios de medidas que ainda estão “para sair do papel”, não mostrando qualquer preocupação com “as reais dificuldades” dos portugueses.

“Espero, sobretudo, que o Governo tenha em atenção as reais dificuldades que têm hoje as pessoas, as famílias, as empresas em Portugal, com o aumento do custo de vida [...] Ando há um ano a chamar a atenção do Governo e de António Costa, uma coisa é termos uma inflação de 7% ou 8%, outra coisa é termos produtos alimentares a subir em média mais de 20%”, salientou.





Portugal precisa de respostas concretas

Luís Montenegro esteve na Bélgica, passou depois por Richebourg (França), Düsseldorf (Alemanha), Luxemburgo, Paris (França) e Genebra (Suíça).

Durante o dia, almoçou com os eurodeputados do PSD ao Parlamento Europeu, encontrou-se com a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, e com o Presidente do PPE, Manfred Weber.

“Sentir Portugal nas Comunidades Portuguesas - Europa”, de 22 a 28 de março, tem como objetivo contactar com a realidade local e dialogar com os portugueses na diáspora, luso-descendentes, famílias e instituições.





António Costa não mostra preocupação com as reais dificuldades dos portugueses

Luís Montenegro



LUÍS MONTENEGRO ENCONTROU-SE COM URSULA VON DER LEYEN

Luís Montenegro encontrou-se na quinta-feira, em Bruxelas, com a Presidente da Comissão Europeia e participou na Cimeira do PPE.

No final da reunião, afirmou que foram abordados temas relevantes para Portugal, como a guerra na Ucrânia, a energia, a inflação, o custo de vida, a imigração, as alterações climáticas e a competitividade do espaço europeu.

“Foi uma reunião muito produtiva dos vários temas que interessam a Portugal”, sintetizou.

O líder do PSD sublinhou que é preciso “compaginar a alteração energética e climática” com o objetivo de a Europa ser “mais competitiva e produtiva”. “Acho que é um primeiro grande passo colocar na agenda como prioridade a competitividade da economia europeia, baseada na inovação, na ciência e na aposta científica, (...) olhando para a relação entre os blocos comerciais no mundo. A Europa não pode persistir em ser uma geografia cujas regras de





”

É preciso compaginar a alteração energética e climática

Luís Montenegro

comércio penalizam as empresas europeias face às empresas dos Estados Unidos e da China. Temos de conciliar os nossos interesses com a globalização e a competitividade de vários blocos comerciais”, destacou.

Luís Montenegro participou na tradicional reunião do PPE, que antecede as cimeiras europeias, deslocou-se ao município francês de Roubaix, onde almoçou com militantes social-democratas. Seguiram-se dois momentos de homenagem aos antigos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial: no Cemitério Militar Português de Richebourg e no monumento de homenagem de Portugal a França, no município de La Couture, com a presença dos respetivos Maires (Presidentes de Câmara).

O programa “Sentir Portugal nas Comunidades Portuguesas na Europa” rumou, na noite de quinta-feira, para Düsseldorf, onde o Presidente do PSD se encontrou com militantes da Secção da Alemanha.



PS É “GULOSO NOS MAS “FORRE

Portugal está a empobrecer com a

”

**A participação
dos portugueses
nos órgãos
políticos locais
é uma forma de
integração no
Luxemburgo**

Luís Montenegro



S IMPOSTOS” TA NOS APOIOS”

as políticas socialistas



Luís Montenegro criticou no sábado, 25 de março, no Luxemburgo, o Governo de António Costa por ser “guloso nos impostos, mas muito forreta nos apoios sociais” e exortou a comunidade portuguesa a viver no país a ajudar a captar investimento para Portugal.

“Como sabem, nós vivemos um tempo em que Portugal está a empobrecer com as políticas socialistas. Temos um Governo guloso nos impostos, mas muito forreta nos apoios sociais. Temos de mudar isso”, sustentou Luís Montenegro, durante uma intervenção no congresso do Partido Popular Social Cristão (CSV), em Ettelbruck.

O Presidente do PSD dirigiu-se à comunidade portuguesa presente no congresso e apelou ao voto no CSV. “A participação dos portugueses nos órgãos políticos locais aqui no Luxemburgo é também uma forma não só de contribuir para integrar melhor aqueles que aqui vivem, mas para servir os interesses de Portugal”, afirmou.

O Luxemburgo tem este ano duas eleições, as locais, no dia 11 de junho, e as legislativas, em 8 de outubro. O CSV é um partido irmão do PSD, pertence à mesma família política europeia, o Partido Popular Europeu (PPE). Os portugueses são a maior comunidade estrangeira do Luxemburgo. Em 2021, havia mais de 93.000 cidadãos portugueses no país, o que representa cerca de 30% da população total.



Governo vive de PowerPoints

Luís Montenegro considera que “o Governo vive demasiado de PowerPoints e muito pouco de realidade”, sacrifica os portugueses com “mais impostos” e não consegue melhorar os serviços públicos. “Os resultados que obtivemos do défice em 2022 é feito de mais impostos e de menos investimento público. É fruto do grande esforço dos portugueses”, acusou.

Em Paris, no domingo, no 5.º dia do “Sentir Portugal nas Comunidades Portuguesas na Europa”, o líder do PSD frisou que o “Primeiro-Ministro andou sete anos a dormir na forma sobre as políticas de habitação, andou a prometer sucessivas vezes aquilo que agora continua a prometer, e a verdade é que desde o alojamento como um todo ao aloja-

mento estudantil, foram prometidas mais 15 mil novas camas nas residências universitárias, e há zero”.

Comentando o estado da governação na educação, no investimento público e nos apoios sociais, Luís Montenegro reconhece que é importante “o défice” e as metas das contas públicas, mas não à custa da “vida das pessoas”.

“Temos de ser um país mais ambicioso. Resolver isso [o défice e as contas] não é castrando a vida das pessoas, não é indo buscar a maior parte do seu rendimento, não é asfixiando as empresas, é criando mais riqueza, é baixando os impostos, para que as pessoas possam ter mais poder de compra e ganhar melhores salários”, apontou.



O resultado do défice em 2022 é feito de mais impostos e de menos investimento público

EMIGRANTES SÃO UM EXEMPLO DE TRABALHO E DE INTEGRAÇÃO



Luís Montenegro elogia o “espírito de trabalho e de sacrifício” dos portugueses que emigraram a partir da segunda metade do século XX à procura de melhores condições de vida.

“Este Memorial é a forma de nós não nos esquecermos como é que este ciclo migratório começou e as condições que são enfrentadas por quem vai em busca de uma oportunidade”, afirmou o líder do PSD, na segunda-feira, 27 de março, em Champigny-sur-Marne, nos arredores de Paris, onde visitou o Memorial da Emigração Portuguesa.





A comunidade portuguesa que vive em França merece todo o nosso respeito

Luís Montenegro



Para Luís Montenegro, a comunidade portuguesa que vive em França “merece todo o nosso respeito” e atingiu um nível de bem-estar que se deve ao mérito e ao esforço das gerações anteriores. “A mim, causa-me uma dupla sensação: em primeiro lugar de grande respeito, de enorme sensibilidade pelas dificuldades que esta gente passou, ao mesmo tempo de inspiração, porque eu olho para isto e penso no desígnio que temos pela frente de acolher imigrantes em Portugal e das condições que lhes temos de propiciar, para eles não passarem o que a nossa diáspora passou há 50 anos”, referiu.

O Presidente do PSD reitera que Portugal deve ter uma postura inclusiva no acolhimento de todos

aqueles que aspiram um futuro melhor e procuram agora o nosso país. “Eu costumo dizer que o meu grande sonho é que esta gente regresse ao nosso país, que tantos jovens qualificados possam também regressar. Mas eu sei que isso não vai ser suficiente. Portugal vai ser um país de acolhimento nas próximas décadas e nós, portugueses, temos de pensar que temos de dar uma parte de nós para termos em Portugal novos portugueses, é assim que temos de os considerar, como aqui, em França, eles foram acolhidos como novos franceses”, assinalou.

Luís Montenegro foi recebido em Dourdain por um autarca de origem portuguesa, Paolo de Carvalho, reunindo-se depois com vários autarcas lusodescendentes em França.



UM GOVERNO PATERNALISTA E SEM CREDIBILIDADE

Quando o aumento de preços se estava a fazer sentir de forma mais intensa fui acusado pelo Primeiro-Ministro de ter uma atitude de caridade

Luís Montenegro acusa o Primeiro-Ministro de não ter credibilidade, de incoerência e de ultra paternalismo ao apenas agora propor a isenção do IVA num conjunto de bens alimentares.

No último dia “Sentir Portugal nas Comunidades Portuguesas na Europa”, na terça-feira, 28 de março, em Genebra, o Presidente do PSD começou por recordar que “quando em agosto do ano passado”, propôs “que o Governo adotasse a entrega de um vale alimentar às famílias portuguesas e disse que essa ajuda devia ser canalizada especificamente para alimentação”, quando “o aumento de preços se estava a fazer sentir de forma

mais intensa”, na altura foi “acusado pelo Primeiro-Ministro e pelo PS de ter uma atitude de caridade e de paternalismo”. “Agora, o mesmo Governo e o Primeiro-Ministro não só direcionam o apoio para a alimentação como escolhem em nome das pessoas os produtos que devem ter desconto no IVA. Se dar um vale para que cada família decidisse, dentro dos seus hábitos alimentares, o que fazer com a ajuda do Estado era paternalismo e caridade, dar um desconto nos alimentos que o Governo entende que são aqueles que os portugueses devem consumir, o que será? Será ultra paternalismo e ultra caridade”, referiu.



”

António Costa muda de opinião muitas vezes como se nada fosse.

Luís Montenegro



Luís Montenegro entende que se trata de uma questão de “credibilidade e de coerência”, acusando António Costa de “mudar de opinião muitas vezes como se nada fosse”. “Os portugueses não devem perdoar este ziguezague constante do Primeiro-Ministro, que legisla, que decide, sempre em cima do joelho em função dos acontecimentos do dia a dia”, declarou.

Para Luís Montenegro, para que a medida de isenção de IVA no cabaz de 44 de produtos tenha resultados será preciso que “a diminuição dos preços se concretize e se mantenha”, o que implica “fiscalização muito reforçada”. “Mas há uma outra componente: não vale a pena alimentarmos falsas expectativas

junto das pessoas. Esta é uma ajuda, mas é uma ajuda muitíssimo limitada”, porque, segundo Luís Montenegro, “as necessidades de um agregado familiar vão muito para além desse cabaz”, “estamos a falar de uma poupança de cerca de um euro para cada 17 euros que são despendidos para estes bens especificamente”.

“Se os cidadãos e empresas portuguesas pagaram ao Estado mais nove mil milhões de euros do que no ano anterior, e mais 5,5 mil milhões do que o próprio Orçamento do Estado previa, é uma demonstração de que o Estado está a engordar à custa do esforço e do sofrimento injustificados das famílias e das empresas”, criticou.

LÍDER DO PSD PEDE PUNIÇÃO EXEMPLAR PARA “CRIME HEDIONDO” NO CENTRO ISMAILI

Luís Montenegro manifestou pesar e solidariedade para com as famílias das vítimas que morreram na terça-feira, 28 de março, no Centro Ismaili de Lisboa, pedindo uma punição exemplar para o que classificou de “crime hediondo”.

Na rede social Twitter, o Presidente do PSD escreveu que “o ataque des-

ta manhã [terça-feira] é um crime hediondo que a justiça deve punir exemplarmente”.

“Manifesto a minha solidariedade e pesar às famílias das vítimas e ao Centro Ismaili de Lisboa. Cumprimento a PSP pela rápida e eficaz intervenção”, acrescentou ainda Luís Montenegro, que se encontrava na

Suíça, no último dia de um périplo junto das comunidades portuguesas em vários países europeus.

Duas mulheres morreram no Centro Ismaili em Lisboa após um ataque com uma arma branca e o suspeito foi detido. O incidente deixou ainda vários feridos, dois dos quais em estado grave, segundo fonte do Institu-

to Nacional de Emergência Médica (INEM).

De acordo com um comunicado da direção nacional da PSP, o ataque “com arma branca” no Centro Ismaili foi comunicado à polícia às 10h57, tendo os primeiros agentes que responderam à ocorrência chegado ao local um minuto depois.



O PRIMEIRO-MINISTRO TEM DE RESOLVER O PROBLEMA DA JUSTIÇA

“São mais de 21 mil as diligências judiciais que não ocorreram ao longo dos últimos meses, com várias repercussões na vida das pessoas”, afirmou Paulo Cunha, dia 27 de março.

O vice-presidente do PSD reiterou ainda que Partido está muito preocupado com o arrastar desta situação, dado que o Governo nada está a fazer para resolver este problema.

O vice-Presidente do PSD chamou a atenção para várias áreas que estão a ser afetadas, como a proteção de menores, mas também para as várias consequências que se registam ao nível das próprias deslocações das pessoas: “são milhares as pessoas que fazem viagens em voo. São despesas e transtornos que merecem a nossa preocupação.”

O social-democrata deixou ainda uma palavra sobre o que se está a passar no estágio de acesso à profissão, pois “são os jovens a serem confrontados com problemas de acesso à profissão que resultam da conjuntura”. No fundo, está em causa “o acesso à profissão de advogado”.

Os cidadãos têm também uma afetação sensação de “Justiça ou falta dela” e é “preocupante quando se percebe que os tribunais não funcionam”.

Aquilo a que temos assistido, é a um “desprezo do governo em relação aos funcionários de justiça, que não renova o seu estatuto e que, desde 2017, vem fazendo anúncios, mas que não os cumpre. Dois Orçamentos de Estado já previam normas para essa renovação do estatuto dos funcionários de justiça, mas o Governo não cumpre os compromissos”.

“Há uma escassez de recursos nos tribunais. Há mais de mil lugares de funcionários de Justiça que deviam ser preenchidos”, denunciou Paulo Cunha, acrescentando que “estamos perante sinais evidentes de um desinvestimento do Governo no setor da Justiça”. Ao contrário do que acontece na Educação e na Saúde, em que as pessoas podem recorrer ao setor privado, “não há alternativa para a Justiça em Portugal”.

“Apelo à Ministra da Justiça que cumpra a deliberação da Assembleia da República e preste contas acerca do Estado da Justiça em Portugal. O segundo apelo é ao Primeiro-ministro, sugiro que não se refugie em questões jurídicas, que não judicialize a paralisação dos tribunais, que ataque o problema na sua substância e atenda aos problemas reais dos tribunais”, concluiu.



ACREDITAR

ACREDITAR

LUÍSA SALGUEIRO JÁ NÃO REÚNE CONDIÇÕES PARA LIDERAR A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

O PSD de Matosinhos exige a demissão “imediate” da presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Luísa Salgueiro, depois de ter abandonado uma conferência quando o ex-Presidente da República Cavaco Silva começou a discursar, no dia 18.

“Esta atitude revela falta de noções institucionais. O PSD de Matosinhos já o disse várias vezes e repete que para Luísa Salgueiro o que mais importa é o PS e não a dignidade da República, da instituição que lidera, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, ou dos matosinhenses”, afirmou o líder da Secção do PSD de Matosinhos, Bruno Pereira, citado em comunicado.

O vereador referia-se à conferência que decorreu no sábado e que assinalou os 30 anos do Programa Especial de Realojamento (PER), uma iniciativa da Câmara de Lisboa na qual foram ouvidas duras críticas feitas pelo antigo Presidente da República em relação ao novo programa “Mais Habitação” e à atuação do Governo socialista liderado por António Costa.

Durante o discurso de Cavaco Silva, autarcas do PS, designadamente a presidente da ANMP, saíram da sala.

O social-democrata classificou esta atitude de “condenável”, referindo que a mesma tem impactos negativos a nível nacional e local.

Falando em “escândalo político”, Bruno Pereira entendeu que Luísa Salgueiro, também presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, tem muitas explicações a dar aos autarcas, independentemente do partido pelo qual foram eleitos.

“E perceber que a sua atitude não dignifica a República Portuguesa e o cargo que ocupa, pelo que deve colocar o seu lugar à disposição de imediato”, exigiu.

Caso não se demita, o vereador do PSD espera que na próxima reunião da ANMP os autarcas, sobretudo os do PSD, façam sentir a Luísa Salgueiro que o seu “reinado à frente deste organismo já não reúne as condições de governabilidade”.

Na sua opinião, a democracia exige a todos os políticos princípios democráticos, respeito pelo Estado de direito e pela opinião de todos, mesmo que não se concorde.

“Já afirmei publicamente que Luísa Salgueiro deveria colocar o lugar na ANMP à disposição por questões de foro judiciais e fui criticado na altura pelo PS e não só em praça pública e, no final, a auditoria ao trabalho do Ministério Público veio cimentar a

posição por mim defendida e afastar as críticas que me foram dirigidas”, lamentou Bruno Pereira.

O social-democrata refere-se ao facto de a socialista ter sido constituída arguida pelo Ministério Público no caso Operação Teia, investigado pelo Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Porto, por suspeitas de violação das regras da contratação pública em dezenas de ajustes diretos.



PSD REVELA QUE DIRETOR DO HOSPITAL DE OVAR DEIXOU FUNÇÕES

O PSD de Ovar revelou que o diretor do Hospital Francisco Zagalo deixou funções e não tem substituto, apontando o “silêncio” sobre essa saída como sinal de que o Governo referenciará o concelho para Aveiro, contra vontade popular.



“Esta opção do próprio [Luís Miguel Ferreira] e do Ministério da Saúde, aliada ao facto de não ter existido – nem, ao que sabemos, vir a existir – qualquer substituição para preencher a vaga de presidente do conselho diretivo do Hospital de Ovar, indicia que a decisão sobre a inclusão do Francisco Zagalo na futura Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro estará tomada, ao contrário daquilo que tem sido publicamente garantido pelo Governo”, afirma o PSD, em comunicado.

O ex-diretor Luís Miguel Ferreira, do PS, vinha presidindo ao conselho diretivo da unidade hospitalar de Ovar desde 2017 e confirma o fim da ligação ao referido hospitalar no seu

perfil da rede social LinkedIn, onde indica que este mês passou a integrar a administração dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).

A sua saída verifica-se numa altura em que a comunidade vareira aguarda que o Governo torne pública a sua decisão final quanto à reorganização dos serviços regionais de saúde, já que, como demonstrado em protestos públicos e em petições, a população de Ovar não quer ficar afeta à Unidade Local de Saúde (ULS) de Aveiro - como proposto pela tutela e inicialmente apoiado pela liderança social-democrata da Câmara de Ovar, em posição conjunta das au-

tarquias da Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro.

Os habitantes de Ovar preferem manter-se ligados ao concelho vizinho de Santa Maria da Feira, que também tem uma ULS já anunciada, e é por isso que o PSD considera que a cessação das funções de Luís Miguel Ferreira no Hospital Francisco Zagalo e a sua nomeação como “vogal executivo do conselho de administração dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde” é um “mau indício” para os utentes do território vareiro.

Os sociais-democratas dizem ainda “estranhar” que o PS de Ovar “se mantenha em silêncio sobre este facto, que, além de grave, contraria tomadas de posição dos órgãos au-

tárquicos e, sobretudo, da Assembleia Municipal, na qual foi aprovada – por unanimidade – uma moção conjunta rejeitando a integração do Hospital de Francisco Zagalo na futura ULS da Região de Aveiro”.

O PSD acrescenta que “continuará a exigir o reforço dos cuidados de saúde no concelho”, nomeadamente “que os munícipes de Ovar sejam referenciados para o Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga”, em Santa Maria da Feira, e que “o Ministério da Saúde proceda à abertura do Serviço de Urgência Básica do Hospital Francisco Zagalo e ao reforço do respetivo bloco operatório, sem esquecer a reabertura dos Polos de Saúde de Maceda e Arada”.

VILA REAL

TERCEIRA EDIÇÃO DO “ROTEIRO PELAS FREGUESIAS” EM LORDELO

O PSD de Vila Real realizou no sábado, 25 de março, a 3ª edição do “Roteiro pelas Freguesias”, dedicado à localidade de Lordelo. Trata-se de uma freguesia periurbana de Vila Real, cujo território é constituído por uma zona de elevada densidade populacional e outra com características mais rural.

O atual executivo municipal socialista, apesar do investimento que está a ser feito ao nível da rede viária, particularmente na zona envolvente ao perímetro do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, continua sem responder às necessidades da globalidade da freguesia, quer ao nível do bem-estar das famílias quer ao nível das infraestruturas de apoio à freguesia, não respondendo às expectativas criadas na população.

Nas áreas rurais da freguesia pouco ou nenhum investimento tem sido feito, quer pelo executivo municipal socialista quer pelo executivo da junta de freguesia.

Dos diversos contatos com a população ao longo do dia, foi possível perceber a necessidade premente de criar condições na freguesia que aumentam a qualidade de vida das

famílias, quer ao nível da habitação quer ao nível das acessibilidades e infraestruturas de bem-estar, pois só assim Lordelo será uma freguesia mais próspera e atrativa e com um elevado nível de qualidade de vida. A revisão do PDM é outra das preocupações dos Lordelenses.

Foi feita ainda uma visita ao espaço envolvente do rio Cabril, que atravessa a freguesia, local que o PSD de Vila Real, em novembro de 2022, apresentou como sendo o espaço ideal para aí se construir o parque verde do Cabril.

Esta proposta foi apresentada ao executivo municipal socialista, aquando da apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, não tendo a mesma proposta sido acolhida pelo Partido Socialista.



A Comissão Política de Secção do PSD de Vila Real reitera o pedido feito em novembro, e solicita que o executivo socialista reaprecie esta proposta do PSD de Vila Real, permitindo que, durante o corrente ano, se iniciem os estudos para a criação de um novo parque de lazer e recreação ambiental na zona envolvente do rio Cabril.

PSD QUER SOLUÇÕES E MENOS PROPAGANDA EM SETÚBAL

A reunião descentralizada do Governo em Setúbal, que se realiza na quarta e quinta-feira, deve ser uma oportunidade para resolver problemas do distrito, na saúde, segurança e educação, e não para criar ilusões, defendeu o PSD a Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD.

“Este momento deve ser aproveitado para que o Governo, finalmente, tome medidas para resolver alguns problemas graves do distrito, tantas vezes denunciados, tais como a falta de médicos e de enfermeiros nas unidades de saúde, o problema das urgências intermitentes dos nossos hospitais, a ausência de soluções para a falta de professores e a não concretização do reforço de efetivos e meios de combate para as forças de segurança, num distrito onde os índices de criminalidade são cada vez mais preocupantes. O Governo deve ainda apresentar soluções para obstar ao crescimento da taxa de desemprego, que neste mês chegou ao valor mais elevado desde novembro de 2020”, afirmou a estrutura liderada por Paulo Ribeiro.

Criticando a “propaganda e a ilusão” do Partido Socialista, o PSD de Se-

túbal apelou ao Governo que “desbloqueie a construção dos centros de saúde do Feijó, Setúbal, Quinta do Conde, Alto Seixalinho, Foros de Amora e Aldeia de Paio Pires, a USF da Quinta do Anjo, bem como com as esquadras da PSP do Montijo e da Baixa da Banheira, os quartéis da GNR da Moita, do Monte da Caparica, de Grândola e Quinta do Conde”.

“Estes dois dias no distrito não podem redundar em mais um exercício de propaganda e ilusão com o lançamento de primeiras pedras (o Hospital do Seixal já teve duas) ou de descerramento de placas, tal como já aconteceu na famosa unidade de transformação de bivalves no Barreiro. É imperioso que finalmente o Primeiro-Ministro António Costa e o seu Governo cumpram as suas promessas e resolvam os problemas de mobilidade, destacando-se a construção da ponte Barreiro-Seixal, a terceira travessia do Tejo,

o alargamento da rede do Metro de Superfície, o alargamento do passe Navegante à travessia do Sado, a conclusão da A26 e a construção da variante à EN 252 e 379”, apelou.

A Distrital de Setúbal do PSD exorta o Governo a “anunciar uma estratégia que permita mitigar os efeitos do atual acesso ao quadro comunitário em vigor, devendo ser criados os mecanismos adequados às especificidades socioeconómicas da região”.

“Neste momento, mais do que proclamações da criação da NUT da Península de Setúbal, que só terá efeitos no final desta década, o Governo deve promover a majoração das taxas de comparticipação em avisos dedicados no âmbito do PT2030, de forma que se possam atingir percentagens de comparticipação, em consonância com a realidade dos futuros quadros comunitários aplicáveis à região após o ano de 2027”, apontou.



DISTRITAL DO PSD DO PORTO REUNIU COM A SECÇÃO REGIONAL DO NORTE DA ORDEM DOS MÉDICOS

SNS PODERÁ ESTAR PRÓXIMO DO COLAPSO

Sérgio Humberto, Presidente da Distrital do PSD do Porto, reuniu, no dia 24 de março, com a direção da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, presidida por Eurico Castro Alves.



Pela Distrital do Porto estiveram ainda presentes o vice-Presidente Antonino Sousa, o Secretário-geral, Francisco Covelinhas Lopes, o coordenador da Academia de Formação, Tiago Sá Carneiro e o deputado da Comissão de Saúde, Pedro Melo Lopes.

A reunião serviu para debater e avaliar alguns assuntos relevantes na área da saúde no distrito do Porto.

O Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos afirmou “temer que no verão possa acontecer um enorme colapso no Serviço Nacional de Saúde (SNS)”, e

recorda que a situação só não está pior” pela dedicação dos profissionais de saúde em torno do SNS.

Sérgio Humberto apontou à progressiva destruição do Serviço Nacional de Saúde, com as políticas tomadas tanto pelo Ministro Manuel Pizarro, como pelo Primeiro-Ministro.

“As políticas são as mesmas, mudou o rosto e a voz do ministro da Saúde, mas vemos que são duas pessoas que pensam da mesma forma. Aliás, Manuel Pizarro é um ex-militante do PCP e a ideologia de extrema-esquerda está a destruir o

SNS”, afirmou Sérgio Humberto.

Ainda visando a tutela, o líder da Distrital do Porto criticou ainda a falta de capacidade reformista para se conseguir uma melhor gestão dos serviços, acusando o Governo e António Costa de não otimizarem nem aproveitarem o privado e a área social, via IPSS, fazendo com que os serviços, particularmente a Norte estejam cada vez piores. “Todas as pessoas sabem, e sentem, infelizmente, todos os dias, o que se passa nas nossas unidades de saúde”, concluiu.

**GRUPO PARLAMENTAR, DIRIGENTES E
AUTARCAS REUNIRAM COM IPSS DE GAIA**

CENTRO SOCIAL DE SERZEDO PROSSEGUE MISSÃO SEM QUALQUER APOIO DA SEGURANÇA SOCIAL



Os dirigentes e autarcas do PSD de Gaia, Rui Rocha Pereira, Presidente da Comissão Política e Henriqueta Antunes, da mesma direção política, José Manuel Couto e Sónia Tavares, membros da Assembleia de Freguesia de Serzedo e Perosinho e Canceleda Moura, 1.º vereador eleito na Câmara Municipal, acompanhados da deputada Clara Marques Mendes, vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e dos deputados Maria Germana Rocha e António Cunha, eleitos pelo círculo do Porto, foram recebidos, na segunda-feira, 27 de março, pelos órgãos sociais e voluntários do Centro Social de Serzedo, para se inteirarem e discutirem, entre outras matérias, o cumprimento de protocolos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, a recente transferência de competências na área da Ação Social e a aprovação do projeto de requalificação das instalações da instituição, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Numa conversa informal, o presidente da direção, Joaquim Duarte referiu, com entusiasmo, o trabalho realizado pela instituição, “que, não

obstante haja sido nascido há muito tempo, teve início em efetivo em 2015, com a criação de um centro de convívio para idosos, num espaço muito exíguo”. Cientes da falta de respostas sociais na comunidade, um grupo de cidadãos, à data, “conscientes da sua obrigação cívica, decidiram reunir boas vontades para atender a situações socialmente urgentes, animação cultural, ocupação de tempos livres e até no apoio e prevenção da saúde dos mais idosos e carenciados”.

Tendo em conta as políticas públicas de solidariedade e perspetivando as obrigações que terão de assumir no futuro, os responsáveis da associação suscitaram várias preocupações e necessidades que são transversais a muitas IPSS, nomeadamente, “o valor dos protocolos que antes eram celebrados com a Segurança Social e que agora vão ser celebrados com a Câmara Municipal, que contemplam apenas o pagamento de 12 meses de salários, quando as instituições têm de pagar 14 e agora, inesperadamente, a diferença entre o valor aprovada na candidatura elegível no PRR, no



valor 450 mil euros para 40 utentes em Centro de Dia e 60 em serviço de apoio domiciliário, e o valor para a execução do projeto, quantificado atualmente, pelo menos, em 650 mil euros, por força da inflação e, no caso em concreto, do aumento dos materiais de construção”.

Ainda assim, na resposta às questões colocadas pelos dirigentes e autarcas do PSD, o presidente da Direção destacou a resiliência da associação e diz ter “muito orgulho, quer pelo caminho percorrido, mas sobretudo por fazermos a nossa parte, à margem de qualquer apoio da Segurança Social”, exemplificando o facto com a aquisição das antigas instalações da fábrica têxtil onde se encontram instalados, no valor de 150 mil euros através da angariação de fundos, onde envolveram a população e o próprio Município” e com a manutenção, a expensas próprias, de um Centro de Convívio com 38 utentes, a que acresce já alguns casos pontuais de apoio domiciliário e o acompanhamento a consultas e exames médicos, “assegurado por quatro contratados ao Instituto do Emprego e Formação Profissional e

por 28 voluntários e com os serviços prestados, em muitos casos, pagos ao preço de custo”.

Os autarcas e dirigentes do PSD, por seu turno, mostraram-se apreensivos com a escassez do montante contemplado pelo PRR para a requalificação das instalações da associa-

ção e não fazer da candidatura uma oportunidade perdida, assumindo o compromisso de sensibilizar o Município para reforçar a comparticipação privada do projeto, sob pena de poder estar em risco um equipamento social e um investimento, absolutamente fundamental, por ser a única resposta social da freguesia de Serzedo.

Por fim, questionado pelos deputados do PSD sobre as principais preocupações da instituição, o presidente da Direção diz estarem focados em três prioridades, “a criação de uma tarifa específica para o consumo de água e eletricidade para as IPSS, a atualização dos preços da candidatura aprovada, no âmbito do PRR, e a celebração do protocolo com a Segurança Social”, concretizou.

A deputada Clara Marques Mendes, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, responsável pela Comissão de Trabalho e Segurança Social, agradeceu os contributos dos dirigentes e voluntários e afirmou que o projeto da instituição era um excelente exemplo de cidadania, manifestando “disponibilidade para levar as

preocupações suscitadas no âmbito dos processos legislativos em curso e da própria atividade parlamentar”, sobretudo quanto ao diferencial do financiamento e à revisão de preços, nas candidaturas elegíveis e aprovadas no âmbito do PRR, “que, naturalmente, deveria ser reforçada e coberta pelo Estado, para que os sonhos de instituições como esta não se transformem num pesadelo”.

Por enquanto, ainda sem protocolo, a Associação do Centro Social de Serzedo tem, atualmente, 600 sócios – que pagam uma quota de 18 euros por ano – e serve de Centro de Convívio para cerca de 40 seniores, numa área de intervenção, que já extravasa a própria freguesia.

Fundada em 5 de junho de 2002, a Associação do Centro Social de Serzedo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que desenvolve ações de apoio social e cultural nas áreas da terceira idade, infância, juventude, deficiência física ou psicológica e famílias economicamente carenciadas, de forma responsável, rigorosa e sustentada.



LIGAÇÕES AÉREAS

GOVERNO DA REPÚBLICA “AFRONTA” POPULAÇÕES DO FAIAL, PICO E SANTA MARIA

Marco Costa, deputado do PSD dos Açores, classificou como uma “afronta” a recusa do Governo da República em compensar financeiramente as obrigações de serviço público de transporte aéreo entre o continente e as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria, até que seja finalizado o concurso público para estas rotas.

“As recentes declarações do ministro das Infraestruturas, João Galamba, ao recusar a atribuição de uma compensação financeira à SATA Internacional - Azores Airlines pelo serviço público que presta nas ligações aéreas entre o continente e o Faial, Pico e Santa Maria, constituem uma afronta aos Açores e aos açorianos, e em particular às populações destas três ilhas”, afirmou o deputado.

De acordo com o parlamentar social-democrata, “enquanto não é concluído o processo relativo ao concurso para as obrigações de serviço público nestas três rotas, esperava-se que o Governo da República solicitasse autorização à Comissão Europeia para proceder a um ajuste direto à SATA Internacional, compensando a companhia aérea pelos prejuízos na operação aérea entre o Continente e as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria”.

“O Partido Socialista, nos Açores e em Lisboa, está apostado em destruir a SATA. Até 2020, o governo

do deputado Vasco Cordeiro levou a empresa à falência. Agora, em 2023, o Ministro das Infraestruturas, com o apoio declarado do deputado Francisco César, recusa compensar a SATA pelos prejuízos que vai continuar a acumular devido ao inconcebível atraso na abertura do concurso para as obrigações de serviço público”, frisou.

Marco Costa lembrou que a SATA Internacional, entre 2016 e 2020, “registou cerca de 40 milhões de euros de prejuízos por não ter sido compensada financeiramente” para realizar as obrigações de serviço público nas rotas Lisboa/Horta/Lisboa, Lisboa/Pico/Lisboa e Lisboa/Santa Maria/Lisboa.

De acordo com o deputado do PSD/Açores, “o Governo da República sabe perfeitamente que, por imposição da Comissão Europeia, a SATA tem de receber a respetiva compensação financeira do Estado para continuar a operar rotas deficitárias”.



Abre concurso para privatização da Azores Airlines

O Governo dos Açores anunciou, dia 23, a abertura do concurso para a privatização da Azores Airlines, do grupo SATA, tendo os interessados 90 dias para apresentar propostas, num processo que deverá ficar concluído em setembro ou outubro.

“Tem hoje início a formalização do processo de alienação da Azores Airlines. Foi remetido para o Jornal Oficial, para o Diário da República e para o jornal das Comunidades o anúncio, iniciando-se assim a contagem dos 90 dias para apresentação de propostas”, anunciou o secretário das Finanças do executivo açoriano (PSD/CDS-PP/PPM).

Duarte Freitas falava em conferência de imprensa realizada na sede da secretaria das Finanças em Ponta Delgada, acompanhado pela secretária regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta

Cabral, e pelo ainda presidente da SATA Holding, Luís Rodrigues.

O governante avançou que o júri vai ser presidido pelo antigo ministro da Economia e professor universitário Augusto Mateus, sendo ainda composto por José Alves (indicado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) e por Rui Medeiros (“cooptado pelos dois”).

“Até 20 junho, interessados na aquisição da Azores Airlines poderão fazer as suas diligências e consultar toda a informação sobre o processo e apresentar as suas propostas”, realçou, uma vez que os 90 dias são contados a partir do momento da submissão do anúncio.

O secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública avançou que está elaborado o plano de prevenção de riscos e de



”

Tivemos um conjunto de contactos até ao final do ano passado de potenciais interessados

corrupção, considerando que a abertura do concurso representa “mais um passo decisivo para salvar a SATA”.

Duarte Freitas rejeitou que o processo seja prejudicado pela situação política da região e pelas mudanças na administração da SATA Holding, que vai ser liderada por Teresa Mafalda Gonçalves, após a saída de Luís Rodrigues para a TAP.

“A situação política da região não atinge em nada esse processo. Está a ser continuamente dirigido com superior transparência e competência. É por todas estas razões que é fundamental o governo assegurar a estabilidade e concretização dos seus propósitos”, declarou.

Sobre as preocupações manifestadas pelos funcionários quanto ao caderno de encargos (que impede os despedimentos durante 30 meses), o secretário regional lembrou que o processo teve um “diálogo muito grande com os representantes dos trabalhadores”, que resultaram em “alterações substantivas” da anteproposta para a proposta de caderno de encargos.

Duarte Freitas detalhou ainda que o futuro do passivo da Azores Airlines vai “de-

pender daquilo que os potenciais compradores estejam disponíveis para pagar” pela companhia, sendo uma situação que vai ser “dirimida no âmbito negocial com o júri e os potenciais interessados”.

“Tivemos um conjunto de contactos até ao final do ano passado de potenciais interessados. A partir do início deste ano, esses potenciais interessados são todos remetidos para o processo concursal. No âmbito do processo concursal, nós não vamos intervir”, venceu.

Em 7 de março, o Governo dos Açores revelou que o caderno de encargos da privatização da Azores Airlines prevê uma alienação no “mínimo” de 51% e no “máximo” de 85% do capital social da companhia. Em junho, a Comissão Europeia aprovou uma ajuda estatal portuguesa para apoio à reestruturação da companhia aérea de 453,25 milhões de euros em empréstimos e garantias estatais, prevendo ‘remédios’ como uma reorganização da estrutura e o desinvestimento de uma participação de controlo (51%) na Azores Airlines, a companhia do grupo SATA responsável pelas ligações com o exterior do arquipélago.

VASCO CORDEIRO QUER ESQUIVAR-SE À PESADA HERANÇA QUE DEIXOU AOS AÇORIANOS

O deputado do PSD/Açores António Vasco Viveiros afirmou que “Vasco Cordeiro quer esquivar-se à pesada herança que deixou aos açorianos”, lembrando que mais de metade do défice orçamental de 2022 é relativo a dívidas deixadas pelos governos socialistas.

“O Governo da Coligação, com toda a transparência, divulgou em detalhe a composição do défice de 2022: dos 413 milhões de euros, 197 milhões decorrem do processo de reestruturação da SATA e cerca de 22 milhões resultam da integração na dívida pública de passivos da Lotaçor e da Conserveira Santa Catarina. Mais de metade do défice foi para pagar os desmandos da governação do PS. Vasco Cordeiro quer esquivar-se à pesada herança que deixou aos açorianos”, disse.

Segundo o parlamentar social-democrata, “do aumento da dívida bruta em 2021 e 2022, no total de 617 milhões de euros, cerca de 390 milhões resultam da assunção de dívidas da SATA, reforço do respetivo capital, avales concedidos e devolução de ajudas ilegais concedidas pelo governo socialista”.

“Quando o PS era governo, as dívidas de empresas públicas como a SATA, Sinaga ou Conserveira Santa Catarina estavam escondidas e foram incorporadas no perímetro

orçamental pelo atual Governo dos Açores. Trata-se de situações irremediáveis, pois os problemas com a Sinaga e a Conserveira Santa Catarina estão resolvidos, e a Comissão Europeia impede a Região de injetar mais dinheiros públicos na SATA”, frisou.

De acordo com António Vasco Viveiros, “é mais uma herança que o Governo da Coligação está a pagar, com a suprema ironia de que quem critica este Executivo é quem criou o problema”.

O deputado do PSD/Açores lembrou também “os 42 milhões de euros resultantes da internalização na dívida pública de passivos da SINAGA, Lotaçor e Conserveira Santa Catarina”.

“Ou seja, a pesada herança dos governos de Vasco Cordeiro soma cerca de 430 milhões de euros só no agravamento da dívida pública em 2021 e 2022”, salientou.

O parlamentar social-democrata destacou ainda que “é fundamental

referir que, em 2021 e 2022, o total da despesa resultante da pandemia da COVID-19 foi de 174 milhões de euros, uma despesa extraordinária e que não se repetirá nos anos seguintes”.

A esse propósito, António Vasco Viveiros, salienta que “o aumento da dívida bruta nos anos de 2021 e 2022, retirando a herança de Vasco Cordeiro e as despesas da COVID-19, é de cerca de 10 milhões de euros em dois anos”.

“Esta é a verdade dos números que Vasco Cordeiro tenta manipular. Mas já bastou o tempo em que, enquanto governante, manipulava a realidade financeira dos Açores. Seria bom que agora, enquanto líder da oposição, falasse com verdade aos açorianos”.

E perante o pesado legado socialista, “o Orçamento de 2023 foi aprovado, com sentido de responsabilidade, com o endividamento líquido zero”, finaliza o deputado António Vasco Viveiros.

PSD DESTACA INTERVENÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA DAS INSTITUIÇÕES LOCAIS

O Grupo Parlamentar do PSD da Madeira realçou, no âmbito das Jornadas Locais, em Câmara de Lobos, o papel fundamental desenvolvido pelas instituições locais que abarca diferentes valências e vai ao encontro das necessidades das comunidades onde se inserem.



“As instituições desempenham uma missão essencial, em complementaridade ao trabalho que é desenvolvido pelo Governo Regional e pelas autarquias”, afirmou a deputada Sónia Silva.

Nestas Jornadas, o Grupo Parlamentar visitou um conjunto de instituições e associações que asseguram importantes respostas sociais no concelho às várias faixas etárias e ao nível de diferentes necessidades, designadamente ao Centro de São José, à Associação Refúgio da Freira, ao Centro de Dia do Curral das Freiras e à ACRE - Associação Cultural e Recreativa do Estreito.

Sónia Silva salientou que as respostas sociais são diversificadas e têm por objetivo prestar um conjunto de

serviços com vista à satisfação das necessidades dos utentes, sobretudo às pessoas mais idosas, com o fornecimento de refeições e a administração de medicação, além da promoção do convívio, de atividades lúdicas, da manutenção da autonomia e da qualidade de vida, tendo por finalidade evitar o isolamento social. Mas também na inclusão social, em especial das pessoas com deficiência ou com algum tipo de necessidade especial, por exemplo com a participação nas atividades do grupo de teatro.

Nesse sentido, realçou, este é um trabalho que deve ser destacado e reconhecido, sendo extremamente importante no apoio às famílias e na garantia da coesão social.

MADEIRA APOIA A RENOVAÇÃO DA FROTA PESQUEIRA

O Grupo Parlamentar do PSD da Madeira reiterou, dia 23, o empenho do Governo Regional na renovação da frota pesqueira, lembrando que esta situação só será possível porque o Governo Regional decidiu assumir a cabimentação de verba para o efeito no Orçamento da Região.

Após uma reunião com o Diretor Regional de Pescas e com representantes da Coopesca Madeira e do setor da indústria e transformação, no âmbito das Jornadas Locais que decorrem no concelho de Câmara de Lobos, o deputado Higinio Teles realçou que o Executivo Regional “assumiu o compromisso com o crescimento e modernização do setor das pescas”, referindo que se tem verificado a retoma da atividade pós-pandemia, com a recuperação do valor de primeira venda do pescado em lota.

No que se refere à renovação da frota, em especial das embarcações do peixe-espada-preto, o deputado referiu que se tornou um imperativo face às circunstâncias atuais: “Como é sabido a União Europeia, contrariando as expectativas e de forma algo surpreendente, no atual Quadro Comunitário de Apoio, não contemplou

fundos para o efeito através do Fundo Europeu dos Assuntos do Mar e Pescas (FEAMP). Refiro que foi uma decisão surpreendente, visto que, em 2019, o relatório da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, referente ao FEAMP 2021-2027 consagrava um aumento da taxa de cofinanciamento para a renovação e modernização das frotas de pesca costeira e artesanal das ultraperiféricas, que, infelizmente, não foi considerada na globalidade.”

Por outro lado, referiu, e “lamentavelmente, também o Governo da República revelou pouco empenho nesta matéria, apesar de, há largos e repetidos anos, a Região ter vindo a alertar para esta problemática”.

Não obstante a posição atual por parte de União Europeia, por ocasião do 1º Encontro Interparlamentar,

realizado na Região, o PSD Madeira recebeu dos seus eurodeputados a garantia de todo o empenho para tentar fazer com que os co-decisoros europeus percebam esta necessidade e encetem políticas em consonância.

Efetivamente, no relatório Regiões Ultraperiféricas (RUP), apresentado naquele encontro pelo eurodeputado Álvaro Amaro, o qual será votado no final de março, é recordado, no capítulo dedicado à “Governação dos oceanos e o potencial da economia azul nas RUP”, “que a frota de pesca das RUP é antiga e obsoleta”, lamentando-se “que o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) continue a não apoiar a renovação das frotas, cobrindo a aquisição de novos navios”.



SEMINÁRIO ENERGIA SEMINÁRIO ENERGIA SEMINÁRIO ENERGIA

Alvaro Barreto analisa recursos energéticos

Opção nuclear é a única que pode reduzir significativamente a nossa dependência externa

Continuação da pág. 1

"Melhor e mais racional aproveitamento das diferentes fontes energéticas..."

O antigo ministro da indústria, parafraseando Xavier Pinheiro, considera não ser possível "resolver as dificuldades estruturais da economia portuguesa sem precisamente se encontrar solução para a excessiva dependência externa que do nosso sector energético quer da nossa agricultura".

Em termos energéticos, Alvaro Barreto bateu-se, com veemência, pela produção de energia eléctrica por via nuclear, "a forma mais económica de produção de energia eléctrica que hoje se conhece", tendo rebatido os argumentos governamentais que adiram a adopção dessa estratégia.

Segundo afirmou, aguardar pelos resultados do Plano Energético Nacional, que o próprio encaminhou mas cuja feitura está atrasada em cerca de um ano, tem "mais um valor qualitativo e indicador de tendências que o rigor quantitativo que alguns lhe querem dar", havendo ainda que atender ao "carácter aleatório e imprevisível de muitos dos elementos-base desse estudo", situação que disse ter sido "recentemente reconhecida publicamente na RFA".

Referindo-se ainda à primeira argumentação do Governo, Alvaro Barreto salientou que "a principal prioridade da nossa política energética deveria ser a de planejar e implementar a opção nuclear, única que pode reduzir significativamente a nossa dependência externa, e, depois, utilizando os resultados do PNE, com o seu carácter indicativo, planificar a utilização das restantes fontes energéticas", as quais, contudo, e como veremos mais para a frente, não são muitas.

Quanto à evolução do processo nuclear, Alvaro Barreto considera a argumentação "estranha e irrealista", "estamos perante uma tecnologia de vanguarda, que nos separa, que nos coloca numa economia de vanguarda, que nos obriga a adoptar hipóteses, a adoptar a opção nuclear".

De que "não há factor que funcione contra a opção nuclear", situação que considera gravosa.

Antes de proceder à análise das diversas fontes energéticas, em termos nacionais, Alvaro Barreto abonou, em favor da opção nuclear, o facto de as reservas de urânio conhecidas no nosso País darem para alimentar, durante 25 anos, três centrais de 1000 M.W. cada, o que corresponde a um consumo de cerca de quatro

fornecimento de energia eléctrica?" — interrogou-se.

Alvaro Barreto manifestou, aliás, a sua "total discordância" quanto à possível participação portuguesa na central de Sayago: "Penso tratar-se de um triunfo demasiadamente poderoso para se pôr no mão de um país que, embora tendo conhecido relações de estreita amizade, é, sem dúvida nenhuma, aquele com quem mais divergências iremos ter nos próximos 20 anos, muito em especial devido à futura integração de ambos na CEE, como aliás esteve ainda recentemente bem presente quando da renegociação do acordo de pesca entre os dois países".

Caloroso defensor da opção nuclear, Alvaro Barreto revelou que Sá Carneiro adiou a abertura de um debate nacional sobre matéria tão "política e difícil" apenas devido às eleições presidenciais de 80, atendendo a que "seria uma mistura altamente perigosa e demasiado explosiva", tendo acrescentado que a política então delineada pelo falecido estadista acabaria por ser adiada pelos posteriores Governos da AD, com base na argumentação atrás referida, "não aproveitando o clima psicológico favorável que representaram os efeitos catastróficos da seca".

Embora admitindo que as opiniões expressas pelo PPM sobre a matéria devam ser "devidamente discutidas e ponderadas", Alvaro Barreto disse não poder aceitar, "de modo algum, que a posição daquela partido, de grande importância para a AD mas de representação eleitoral diminuta, possa ser suficiente para bloquear uma decisão de tal modo condicionante do futuro do nosso País".

Alvaro Barreto dirigiu, também, fortes críticas ao Governo e actual líder da pasta da Indústria, Energia e Exportação, na certeza, porém, de que da "divergência de opiniões e da sua discussão aberta e franca, é que podem sair as melhores decisões".

Após salientar que os aumentos de combustíveis e energia eléctrica decretados no passado mês de Fevereiro vão "colocar grande parte da nossa indústria, especialmente a grande consumidora de energia eléctrica, em situação de desvantagem a nível internacional, podendo mesmo e para certos sectores ser posta em causa a sua própria viabilidade futura", o antigo governante apontou, "como exemplo de medida excessivamente teórica", um diploma recente fixando metas energéticas a atingir nos diferentes sectores industriais. "Além do seu espírito intervencionista — totalmente contrário ao princípio da libertação da sociedade civil que tem constituído a base do discurso político dos Governos da Aliança Democrática —, é de tal modo teórico e obriga à instalação de uma máquina burocrática de tal modo pesada, que a sua aplicação prática, nunca, em nossa opinião, virá a ser uma ferramenta eficiente na política de poupança energética".

Antes de proceder à análise das diversas fontes energéticas, em termos nacionais, Alvaro Barreto abonou, em favor da opção nuclear, o facto de as reservas de urânio conhecidas no nosso País darem para alimentar, durante 25 anos, três centrais de 1000 M.W. cada, o que corresponde a um consumo de cerca de quatro



Alvaro Barreto quando analisava as capacidades energéticas do nosso país

milhões de Ton petróleo por ano, equivalente, aos preços actuais, a cerca de 70 milhões de contos-ano. "O urânio será, justamente

com a hidroelectricidade, a única fonte energética de que o País actualmente dispõe com possibilidades de utilizar economicamente e cuja utilização permitirá reduzir a nossa dependência energética externa" — disse Alvaro Barreto, ao referir que "a produção de energia eléctrica por via nuclear é, e pensamos que o será cada vez mais, a forma mais económica de produção de energia eléctrica que hoje se conhece".

Convicto de que não será da hidroelectricidade "que se pode esperar resultados para a diversificação de fontes energéticas", pese embora o seu peso específico, Alvaro Barreto disse não compreender as "actuais hesitações" referentes à construção da barragem do Alqueva, dado não existirem dúvidas quanto à capacidade hidrográfica do empreendimento, inserido precisamente no sector energético mais importante para Portugal, logo a seguir ao nuclear — no entender do próprio.

No que se refere ao carvão, e atendendo aos indicadores disponíveis, o ex-ministro é de opinião que não se atingirá "o objectivo prioritário de redução da nossa dependência externa, embora se consiga uma relativa diversificação de fontes energéticas, com redução do peso do petróleo como fonte de energia primária". Quanto à lenha, Alvaro Barreto mostrou-se céptico quanto à sua utilidade para fins de produção de gás de cidade, "mas grato certas afirmações optimistas, ultimamente proferidas por alguns responsáveis do sector".

"Sobre o petróleo poderemos dizer que as medidas tomadas apontam no sentido de uma diver-

sificação da sua origem, mas nenhum indício existe que seja possível vir o País a ter recursos próprios desta fonte energética, que lhe permitam, também para este combustível, reduzir a nossa dependência externa".

"Quanto ao gás natural, não tem ainda o País qualquer infra-estrutura para a sua recepção e distribuição, a construção da qual, envolvendo verbas elevadíssimas, torna duvidoso, em nossa opinião, a curto e médio prazo, o encarar-se o gás natural como possível alternativa de outras fontes energéticas, além de também não ser através desse combustível que se conseguirá a diminuição da nossa dependência externa energética".

Finalmente, Alvaro Barreto disse que a utilização de energias renováveis, no nosso País, "só poderá ser encarada a título excepcional e integrada num plano geral de investigação que venha a ser implementado, mas grato algumas "entidades responsáveis" considerarem aquelas formas de energia "como as que irão resolver, no futuro, todos os nossos problemas deste sector".

"Na melhor das hipóteses — acrescentou — a parte que estas formas de energia poderão ocupar no nosso balanço energético no ano 2000 não será mais de dois por cento da produção de energia primária". Quanto à lenha, Alvaro Barreto coadunou, por outro lado, as esperanças de alguns governantes na possibilidade de, à semelhança da experiência brasileira, se vir a utilizar em Portugal o álcool como combustível para a locomoção automóvel, mesmo quando aproveitado como subproduto da produção da beterraba.

Comunicações de alto nível

Presença de especialistas estrangeiros valorizou o conteúdo do seminário

A sessão da manhã de sábado foi totalmente preenchida com a apresentação de contribuições por parte de especialistas estrangeiros convidados, seguidas de debate.

Foram três as comunicações apresentadas, versando temas tão importantes como "Perspectivas energéticas mundiais e europeias", pelo dr. Jochen Mohsfeldt, director da Divisão de Petróleo da Agência Internacional de Energia; "Energia a partir do carvão: limitações e possibilidades", por Peter Van Haape, director de Marketing da Shell Coal International; e "Energia nuclear: o seu papel a curto-médio prazo", pelo dr. Maxime Klempster, director do Departamento Nuclear da Electricité de France. Já da parte da tarde, o dr. Peter Ellis Jones, da Energy Consultant (GB), falou sobre "Energia — uma ponte no diálogo Norte-Sul".

Da exposição do primeiro orador, Jochen Mohsfeldt, sobressaiu uma série significativa de aspectos conclusivos decorrentes da abordagem que fez das perspectivas energéticas mundiais e europeias, de que importará reter:

- A Europa, conjuntamente com o Japão, constitui uma das regiões mundiais mais dependentes do ponto de vista de importação de energia.
- Para além de implicar uma profunda cooperação e alinhamento de políticas energéticas dos diferentes

países da Europa, a redução dessa dependência de energia só parece ser possível através de uma lenta transformação estrutural cujos resultados "apenas se farão sentir a longo prazo".

- Pelo facto da transformação estrutural requerida ser lenta, a dependência em petróleo a importar continuará no futuro próximo, o que exigirá um prolongamento das medidas de conservação de energia adoptadas pelos países industrializados.

Carvão: baixo preço

Peter Van Haape, por sua vez, disse que a grande possibilidade de utilização do carvão assenta na sua extraordinária abundância a nível mundial e consequentemente num preço de venda mais baixo que o do petróleo, facto que irá manter-se num futuro previsível.

Em contrapartida, salientou que o retorno ao uso do carvão como fonte primária de energia não deixará de significar um possível regresso a um bem mais dispendioso, no sentido de conduzir a taxas de crescimento das economias mundiais necessariamente inferiores às verificadas nas décadas de 60 e 70, tendo justificado esta sua afirmação com base em duas ordens de razões:

- por um lado, o preço do petróleo, mais elevado, está longe de reflectir os respectivos custos de exploração, e os tremendos lucros associados à sua comercialização libertam capitais que são canalizados para outros campos de investimento;
- contrariamente, a pro-

ximidade do preço do carvão (de facto, menos elevado, mas não significativamente) e dos respectivos custos de exploração significa que todo o investimento feito em carvão lhe é praticamente dedicado, não se gerando, pois, a partir da sua comercialização, por via directa ou indirecta, fluxos financeiros relevantes a aplicar em outras áreas da economia.

Energia nuclear: a mais segura e barata

A antecedente do debate com que se encerrou a sessão da manhã de sábado, Maxime Klempster falou do papel a curto e médio prazos da energia nuclear, tendo considerado esta forma de energia como a mais segura e mais barata (cerca de 3 vezes inferior ao preço da energia produzida numa central

(Continua na pág. 2)

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

ALCOBAÇA

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoca-se todos os militantes da Secção de Alcobaça do PSD, para a Eleição dos Órgãos da Secção, a realizar no próximo **dia 29 de abril (sábado) de 2023, entre as 16H00 e as 19H00**, na Sede da Secção sita na Av. Professor Eng. Joaquim Vieira Natividade, Lote 3 – 62 A – Alcobaça, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1- Eleição da Mesa da assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CONDEIXA-A-NOVA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa-a-Nova para reunir no próximo **dia 6 de abril de 2023 (quinta-feira), às 21H00**, na Casa do Povo de Condeixa, sita na Rua. Dona Maria Elsa Franco Sotto Mayor, em Condeixa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Leitura e votação da ata da reunião anterior;
2. Informações;
3. Apreciação e aprovação das contas anuais da Secção de Condeixa-a-Nova, relativas ao ano de 2022;
4. Apreciação e aprovação do orçamento anual da Secção de Condeixa-a-Nova, relativo ao ano de 2023;
5. Análise da situação política;
6. Outros assuntos.

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção da Trofa para reunir em sessão ordinária da Assembleia de Secção, no próximo **11 de abril (terça-feira) de 2023, pelas 21H00** no Auditório Trofa XXI, sita na Rua Padre Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, 82-91, União de Freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da Situação Política,
2. Outros assuntos.

NÚCLEOS

SACAVÉM E PRIOR VELHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes para uma Assembleia de Núcleo de Sacavém e Prior Velho, para a Eleição da Comissão Política de Núcleo, a realizar no próximo **dia 29 de abril (sábado) de 2023, às 10H00**, na Sede do PSD Loures, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4, Parque Residencial do Almirante, Santo António dos Cavaleiros, Loures, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Núcleo de Sacavém e Prior Velho;

Notas: As urnas estarão abertas das 10H00 às 13H00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Núcleo, ou a quem o substitua, na mesma morada, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 02 de maio de 2023, pelas 19 horas, na Sede do PSD/JSD de Azambuja, sita na Av. dos Condes de Azambuja, Loja 3, Azambuja, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política da JSD Azambuja.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD/JSD de Azambuja, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas das 19h00m às 22 horas.

ÍLHAVO

Ao abrigo dos termos do Artigo 71, nº2 dos Estatutos da Juventude Social Democrata, são convocados todos os militantes da JSD Ílhavo para o Plenário Concelhio, no dia 15 de abril de 2022, pelas 18h00, na Sede Concelhia, sita na Av. 25 de Abril, Edifício Illiabum, 1º Dto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação político-partidária;
- 2 – Apresentação da Proposta do Plano de Atividades;
- 3 – Outros assuntos.

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Lisboa para reunir, no próximo dia 10 de abril de 2023, com início pelas 20h00, na sede do PSD Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco 3B, 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política local e nacional;
- 3 – Outros assuntos.

VII CONGRESSO DISTRITAL DE LISBOA AM

Artigo 14.º
(Local, Data e Horário)

O Congresso Distrital reunirá no dia 02 de abril de 2023 (domingo), no concelho de Sintra, na Sociedade Filarmónica União Assaforense, Rua 1º de Dezembro, n.º 13, São João das Lampas, com início às 11h30m.

ANEXO 1 - CRONOGRAMA

Divulgação do rateio dos delegados redistribuídos	29 de março
Prazo limite para inscrição dos Delegados, Participantes e Observadores, via https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf4gJ3ICUC1-Ovh1rNc6Ngc-c1KPc6lv0RJEWh33eZfbz2AK1A/viewform	Até às 23h59m de 30 de março
Prazo limite para substituição dos Delegados não inscritos, via https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf4gJ3ICUC1-Ovh1rNc6Ngc-c1KPc6lv0RJEWh33eZfbz2AK1A/viewform	Até às 15h00 de 31 de março
Divulgação dos cadernos eleitorais	01 de abril
VII Congresso Distrital de Lisboa AM da JSD	02 de abril

ANEXO 2 - RATEIO

CONCELHIA	Mandatos rateados	Mandatos Atribuídos à Concelhia Diretamente	Inerência (Presidentes de Concelhia ou Vice-Presidentes)	TOTAL
Amadora	7	1	1	9
Azambuja	0	0	0	0
Cascais	18	1	1	20
Lisboa	39	1	1	41
Loures	7	1	1	9
Mafra	3	1	1	5
Oeiras	6	1	1	8
Odivelas	8	1	1	10
Sintra	11	1	1	13
Vila Franca de Xira	2	1	1	4
TOTAL	100	10	9	119

ERRATA DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio do de Alcochete, para reunir no dia 1 de abril de 2023, na Sede do PSD, sita na Rua do Paço, n.º 8, 2890-062 Alcochete, com a seguinte ordem de trabalhos.

Ponto Único – Eleição dos Delegados das Concelhias ao Congresso Distrital de Setúbal.

Nota: As urnas estarão abertas das 14h00m às 16 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, nos locais infra indicados, respeitando os Estatutos e Regulamentos da JSD.

ERRATA DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio do de Seixal, para reunir no dia 1 de abril de 2023, na Sede do PSD, sita na Rua Movimento das Forças Armadas, n.º 11, Amora, com a seguinte ordem de trabalhos.

Ponto Único – Eleição dos Delegados das Concelhias ao Congresso Distrital de Setúbal.

Nota: As urnas estarão abertas das 14h30m às 16h30m. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, nos locais infra indicados, respeitando os Estatutos e Regulamentos da JSD.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, e após a suspensão do ato eleitoral do dia 18 de fevereiro e de acordo com a Deliberação nº 4 de 2023 do Conselho de Jurisdição Nacional, publicado em Povo Livre no dia 22 de março de 2023, convoca-se o ato eleitoral a ter lugar para próximo dia 1 de abril de 2023 pelas 16h00, na sede do PSD/JSD Viseu, sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja n.º 9 – Edifício Vasco da Gama, 3510-084 Viseu com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Viseu

Notas: As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 20h00.

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL DA JSD ERRATA

O Conselho de Jurisdição Nacional da JSD teve conhecimento de um erro de escrita na deliberação 03/2023, publicada no Povo Livre, no passado dia 22 de março de 2023.

O simples erro de escrita dá direito à sua retificação, devendo este ser revelado no próprio contexto da declaração ou através das circunstâncias em que a declaração é feita.

Assim, o artigo 10.º da supramencionada deliberação, que a seguir se transcreve

“Mais deve a Mesa da Assembleia Nacional convocar e agendar o VII Congresso Distrital de Lisboa da JSD, até aqui suspenso em detrimento do artigo 45.º do Regulamento Jurisdicional, tendo para o efeito até ao dia 2 de abril de 2023.”, deverá ser emendado para

“Mais, deve a Mesa do Congresso Nacional agendar e realizar o VII Congresso Distrital de Lisboa da JSD, até aqui suspenso em detrimento do artigo 45.º do Regulamento Jurisdicional, tendo para o efeito até ao dia 2 de abril de 2023”.

Tendo o vertido na emenda sido o entendimento do Conselho de Jurisdição Nacional da JSD, reunido em plenário, no passado dia 21 de março de 2023.

CONVOCATÓRIAS TSD



BRAGANÇA

Nos termos do ponto 2 do art.º41º dos Estatutos dos TSD e do art.º3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD-Trabalhadores Social Democratas, convoca-se a Assembleia Distrital de Bragança para eleger o respectivo Secretariado Distrital e Mesa da Assembleia Distrital.

A eleição terá lugar no dia 28 de Abril de 2023 (sexta-feira), entre as 19h00 e as 22h00, na Sede Distrital do PSD, sito na Praça da Sé nº 16 – 1º Dto Nasc., em Bragança, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Distritais
A(s) lista(s), completa(s), deve(m) ser entregue(s) até às 17h00 do 5º dia útil anterior ao acto eleitoral.

COIMBRA

Nos termos do ponto 2 do art.º41º dos Estatutos dos TSD e do art.º3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD-Trabalhadores Social Democratas, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra para eleger o respectivo Secretariado Distrital e Mesa da Assembleia Distrital.

A eleição terá lugar no dia 14 de Abril de 2023 (sexta-feira), entre as 18h00 e as 20h00, na Sede Distrital do PSD, sito na Rua Lourenço Almeida Azevedo nº 16 em Coimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Distritais
A(s) lista(s), completa(s), deve(m) ser entregue(s) até às 17h00 do 5º dia útil anterior ao acto eleitoral.

PORTALEGRE

Nos termos do ponto 2 do art.º41º dos Estatutos dos TSD e do art.º3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD-Trabalhadores Social Democratas, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre para eleger o respectivo Secretariado Distrital e Mesa da Assembleia Distrital.

A eleição terá lugar no dia 28 de Abril de 2023 (sexta-feira), entre as 17h00 e as 20h00, na Sede Distrital do PSD, sito na Rua Combatentes da Grande Guerra nº 17, em Portalegre, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Distritais
A(s) lista(s), completa(s), deve(m) ser entregue(s) até às 17h00 do 5º dia útil anterior ao acto eleitoral.